

CARTA DE RESPONSABILIDADE

São Miguel do Oeste/SC, 10 de Fevereiro de 2023.

À

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S

Rua Benjamin Constant nº155 - D Chapecó - SC

Assunto: Carta de Responsabilidade da administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI SÃO MIGUEL, referente às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de Dezembro de 2022.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das Demonstrações Contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI SÃO MIGUEL, relativas ao exercício findo em 31/12/2022, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as Demonstrações Contábeis retromencionadas e a seguir identificadas, refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31/12/2022, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31/12/2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de identificação, as Demonstrações Financeiras examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos:

TOTAIS	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo	233.854.479,21	134.289.898,30
Passivo	207.638.073,74	115.412.304,11
Patrimônio Líquido	26.216.405,47	18.877.594,19
Sobras ou Perdas do Exercício	433.153,45	45.177,00
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	233.854.479,21	134.289.898,30

* valores em Reais

Essas contas estão de acordo com os livros da empresa e as Demonstrações Financeiras transcritas no livro diário e também concordarão com quaisquer publicações ou divulgações para outros fins.

Com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da empresa, confirmamos as seguintes informações:

01 – A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações que tem a cooperativa.

02 – Confirmamos que todas as transações efetuadas no período pela Cooperativa foram devidamente registradas na contabilidade de acordo com a legislação vigente.

03 – A cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras.

04 – Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.

05 – Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas Demonstrações Financeiras o saldo das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante a devida classificação das operações renovadas/re negociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.

06 – Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.

07 – Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou empregados que possam ter efeito significativo sobre as Demonstrações Financeiras.

08 – As estimativas foram contabilizadas com base em dados consistentes confirmados por nosso assessor jurídico.

09 – Não é de nosso conhecimento qualquer evento subsequente à data do encerramento do semestre até a presente data, que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período.

10 – Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da cooperativa.

11 – Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer, impedindo a continuidade normal dos negócios da cooperativa.

12 - As transações com partes relacionadas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

13 - Nosso sistema de controles internos está elaborado e está sendo executado de acordo com a Resolução CMN 4.968 e normas complementares. Não identificamos nenhuma inconsistência que possa apresentar exceções às normas.

Atenciosamente,

Cooperativa de Crédito Rural de São Miguel do Oeste - SULCREDI/SÃO MIGUEL

CLEBER SIMIONATO

Presidente

CPF: 022.894.009-55

DELMIR PEREIRA

Diretor Geral

CPF: 040.585.069-70

FRANCIELI DIAS DA SILVA

Contadora

CRC PR 064.037/O-6 T/SC

JOÃO CARLOS ANZOLIN

Diretor Executivo

CPF: 526.244.559-49

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL
CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

ATIVO DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	168.247.510,84	80.639.389,26	PASSIVO CIRCULANTE	203.885.283,50	109.826.113,74
DISPONIBILIDADES (NOTA 11)	2.340.966,86	5.981.573,30	DEPÓSITOS	200.896.434,81	106.458.888,53
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ	140.639,63	4.306.094,62	Depósitos à Vista	91.751.251,71	22.716.293,71
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	378.455,19	337.140,06	Depósitos a Prazo	109.145.183,10	83.742.594,82
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	85.054.207,11	22.433.373,73	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	996,50	-
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	85.054.207,11	22.433.373,73	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	996,50	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	59.716.414,29	36.140.404,67	Obrigações por empréstimos e repasses	1.833.400,13	2.822.400,13
Operações de Crédito	62.260.004,76	37.750.468,73	Empréstimo Oikocredit	1.833.400,13	2.822.400,13
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.543.590,47)	(1.610.064,06)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.154.452,06	544.825,08
OUTROS CRÉDITOS	5.106.577,05	3.825.685,57	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	126.550,90	50.900,22
Rendas a Receber	1.634.458,22	976.963,94	Sociais e Estatutárias	233.310,12	56.909,45
Diversos (NOTA 05)	3.542.433,62	2.286.162,98	Fiscais e Previdenciárias	284.943,45	206.502,63
Negociações e Interm de valores	863.113,46	1.103.756,74	Diversas (NOTA 08)	509.647,59	230.512,78
(Provisão para outros créditos liquidação duvidosa)	(933.428,25)	(541.198,09)			
OUTROS VALORES E BENS	15.510.250,71	7.615.117,31			
Outros Valores e Bens (NOTA 06)	15.510.250,71	7.615.117,31			
Despesas Antecipadas	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	65.606.968,37	53.650.509,04	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	29.969.195,71	24.463.784,56
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	58.091.602,66	49.019.481,79	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.752.790,24	5.586.190,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	54.076.960,90	43.561.610,09			
Operações de Crédito	56.424.890,57	45.529.466,16			
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.347.929,67)	(1.967.856,07)			
OUTROS CRÉDITOS	4.014.641,76	5.457.871,70	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	3.752.790,24	5.586.190,37
Diversos (NOTA 05)	4.014.641,76	5.457.871,70	Empréstimo Oikocredit	3.752.790,24	5.586.190,37
PERMANENTE	7.515.365,71	4.631.027,25	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.216.405,47	18.877.594,19
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 07)	3.565.444,38	2.032.964,54	CAPITAL SOCIAL (NOTA 09)	25.345.311,95	18.827.631,57
Outras Imobilizações de Uso	5.263.121,76	3.321.893,96	De Domiciliados no País	25.345.311,95	18.827.631,57
(Depreciações Acumuladas)	(1.697.677,38)	(1.288.929,42)		-	-
INTANGÍVEL	3.949.921,33	2.598.062,71	RESERVAS DE CAPITAL		
Softwares	5.751.888,88	3.726.888,88	RESERVAS DE LUCROS	1.237.259,49	804.106,04
(Amortizações Acumuladas)	(1.801.967,55)	(1.128.826,17)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(799.320,29)	(799.320,42)
			SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO	433.154,32	45.177,00
TOTAL DO ATIVO	233.854.479,21	134.289.898,30	TOTAL DO PASSIVO	233.854.479,21	134.289.898,30

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2022	31/12/2021
	TOTAL	TOTAL
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.808.994,03	14.697.406,88
Operações de Crédito	26.619.191,32	14.565.834,23
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.189.802,71	131.572,65
DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17.912.333,92)	(8.669.788,43)
Operações de Captação no Mercado	(12.709.192,17)	(4.554.346,33)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.685.683,52)	(1.319.890,96)
Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.517.458,23)	(2.795.551,14)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.896.660,11	6.027.618,45
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.799.221,36)	(6.825.599,98)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	436.350,70	161.985,52
Rendas de Tarifas Bancárias	369.202,41	450.574,77
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(5.277.258,10)	(3.824.010,85)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(6.759.588,26)	(4.295.191,35)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(35.742,79)	(35.742,79)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	3.690.159,79	3.197.739,45
Despesas de Depreciação e amortização	(1.244.876,66)	(849.422,08)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(1.977.468,45)	(1.631.532,65)
RESULTADO OPERACIONAL	1.097.438,75	(797.981,53)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	44.124,15	921.161,28
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO	1.141.562,90	123.179,75
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(58.679,27)	(10.237,25)
Provisão para Imposto de Renda	(27.757,44)	(4.285,36)
Provisão para Contribuição Social	(30.921,83)	(5.951,89)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DESTINAÇÕES LEGAIS	1.082.883,63	112.942,50
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	649.730,18	67.765,50
Fundo de Reserva - 40%	433.153,45	45.177,00
FATES - 20%	216.576,73	22.588,50
SOBRAS A DISPOSIÇÃO AGO	433.153,45	45.177,00

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2022	31/12/2021
	TOTAL	TOTAL
Sobra Líquida do período	433.153,45	45.177,00
Outros Resultado abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do período	433.153,45	45.177,00

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL
CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2022	31/12/2021
Sobras Perdas liquidas antes do IR e CSLL	1.082.883,63	112.942,50
Contas resultado Credora	34.406.077,98	19.774.412,69
Contas resultado Devedoras	(33.264.515,08)	(19.651.232,94)
Apuracao Resultado (IR CSLL)	(58.679,27)	(10.237,25)
Ajustes as sobras/perdas liquidas	1.244.876,66	849.422,08
Despesas de depreciacao e amortizacao	1.244.876,66	849.422,08
Despesas de Depreciação	1.244.876,66	849.422,08
Outros Ajustes	-	-
Destinações dos resultados FATES	-	-
Variações Patrimoniais (afetam o resultado/receitas e despesas)	(8.311.655,99)	(20.592.677,93)
Operações de Crédito	(34.091.360,43)	(16.052.671,70)
Operações de Crédito	(34.091.360,43)	(16.052.671,70)
Outros Creditos	162.338,46	(3.323.695,63)
Outros Creditos	162.338,46	(3.323.695,63)
Outros Valores e Bens	(7.895.133,40)	(2.292.081,11)
Outros Valores e Bens	(7.895.133,40)	(2.292.081,11)
Depósitos	94.437.546,28	15.504.742,31
Depósitos	94.437.546,28	15.504.742,31
Relações Interfinanceiras/Interdependenciais	(58.495.697,02)	(11.701.978,99)
Relações Interfinanceiras	(58.495.697,02)	(11.701.978,99)
Obrigacoes por empréstimos e repasses	(2.822.400,13)	(2.736.271,95)
Empréstimos no pais outras instituicoes	(2.822.400,13)	(2.736.271,95)
Outras obrigações	393.050,25	9.279,14
Outras obrigações	393.050,25	9.279,14
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(5.983.895,70)	(19.630.313,35)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado de uso	(4.129.215,12)	(2.639.952,29)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.129.215,12)	(2.639.952,29)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variações patrimoniais		
Aumento/(redução) de capital	6.517.680,38	5.450.083,00
Aumento/(redução) de capital	6.517.680,38	5.450.083,00
Reservas de lucro	-	-
Reservas de lucro	-	-
Sobras ou perdas acumuladas	(45.176,00)	(87.608,68)
Destinação das sobras relativas ao exercício anterior	(45.176,00)	(87.608,68)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	6.472.504,38	5.362.474,32
MOVIMENTAÇÃO DE CAIXA	(3.640.606,44)	(16.907.791,32)
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	(3.640.606,44)	(16.907.791,32)
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período	5.981.573,30	22.889.364,62
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.340.966,86	5.981.573,30

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

2021

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	13.377.548,57	-	758.929,04	-	(711.711,74)	13.424.765,87
Mutações Exercício Atual	5.450.083,00	-	45.177,00	-	(42.431,68)	5.452.828,32
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-		(87.608,68)	(87.608,68)
2. Integralização de Capital	11.867.926,04					11.867.926,04
3. Baixas de Capital	(6.417.843,04)					(6.417.843,04)
4. Baixas Reservas			-			-
4. Sobras ou perdas do exercício					112.942,50	112.942,50
5. Destinações para reservas			45.177,00		(45.177,00)	-
6. Destinações Fates					(22.588,50)	(22.588,50)
Saldo Exercício Atual	18.827.631,57	-	804.106,04	-	(754.143,42)	18.877.594,19
Mutações	5.450.083,00	-	45.177,00	-	(42.431,68)	5.452.828,32
Variações %	41%	0%	6%	0%	6%	41%

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

2022

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	18.827.631,57	-	804.106,04	-	(754.143,42)	18.877.594,19
Mutações Exercício Atual	6.517.680,38	-	433.153,45	-	387.977,45	7.338.811,28
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-		(45.176,00)	(45.176,00)
2. Integralização de Capital	16.177.754,87					16.177.754,87
3. Baixas de Capital	(9.660.074,49)					(9.660.074,49)
4. Baixas Reservas			-			-
4. Sobras ou perdas do exercício					1.082.883,63	1.082.883,63
5. Destinações para reservas			433.153,45		(433.153,45)	-
6. Destinações Fates					(216.576,73)	(216.576,73)
Saldo Exercício Atual	25.345.311,95	-	1.237.259,49	-	(366.165,97)	26.216.405,47
Mutações	6.517.680,38	-	433.153,45	-	387.977,45	7.338.811,27
Variações %	35%	0%	54%	0%	-51%	39%

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Rural de São Miguel do Oeste - SULCREDI SÃO MIGUEL, é uma cooperativa de crédito rural. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 24/08/2006 e tem por objetivos principais:

I - propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família, e ainda fomentar a produção e a produtividade rural, bem como a sua circulação e industrialização;

II - a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e o associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

III – conceder financiamento habitacional a seus cooperados por meio da participação em programas que tenham esse objetivo.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964, nº 5.764/1971, LC 130/2009, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registradas mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Operações ativas e passivas

As operações ativas e passivas com encargos pré e pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos.

c) Operações de crédito e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN 2.682/1999 e 2.697/2000.

d) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado está registrado ao custo histórico.

Os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortização do intangível, foram calculados pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 7, item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

A administração analisará em 2022 a necessidade de revisar as taxas de depreciação conforme requer a NBC TG 27 de forma a reconhecer o montante com base na vida útil estimada. Considerando avaliação histórica dos dados, natureza dos bens e a atividade econômica da sociedade, estima-se como sendo pouco representativo o reflexo no resultado do período.

e) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.924 de 24/6/2021, determinou a adoção dos Pronunciamentos Técnicos - CPC 00 (R2), CPC 01 (R1), CPC 23, CPC 46 e CPC 47, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Considerando a natureza da sociedade, tipo de atividade, circunstâncias econômicas, aspectos tecnológicos e outras evidências típicas da atividade, o Conselho de Administração não submeteu suas unidades geradoras de caixa ao teste de recuperabilidade previsto na NBC TG 01. O Conselho de Administração tem conhecimento que os respectivos ativos possuem valor líquido de venda maior em relação ao seu uso. (Valor recuperável).

f) Passivos contingentes

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações tributárias, cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda for considerado provável.

g) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2022			31/12/2021
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	62.146.276,86	56.315.046,72	118.461.323,58	82.897.691,15
Financiamentos	66.268,46	100.754,73	167.023,19	165.711,12
Financiamentos rurais e agro-industriais	47.459,44	9.089,12	56.548,56	216.532,62
Carteira total	62.260.004,76	56.424.890,57	118.684.895,33	83.279.934,89

* valores em Reais

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Nível A	39.666.573,88	42.835.183,74	198.333,82	214.176,76
Nível B	26.927.314,83	17.775.012,25	269.273,89	177.750,09
Nível C	37.630.720,99	15.247.683,33	1.128.922,75	457.430,88
Nível D	10.283.277,15	3.555.356,30	1.028.329,99	355.536,99
Nível E	2.051.276,31	1.828.842,98	615.383,25	548.653,35
Nível F	811.592,48	308.513,02	405.797,93	154.257,85
Nível G	228.871,21	212.797,12	160.210,02	148.958,11
Nível H	1.085.268,49	1.516.546,15	1.085.268,49	1.516.546,15
Total (i)	118.684.895,33	83.279.934,89	4.891.520,14	3.573.310,18

* valores em Reais

(i) Além destas provisões, também consta saldo referente provisão sobre as Coobrigações registradas na conta de coobrigação 3.0.1.00.00-4 R\$ 7.365.907,95, informado no Balanço Patrimonial como Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa conta 4.9.9.45.90-6 R\$ 82.424,34.

c) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	2.727.971,59	1.924.357,44
Lançadas contra prejuízo	2.584.002,91	4.470.634,55
Recuperadas de prejuízo	(1.206.752,68)	(3.667.020,40)
Saldo Final	4.105.221,82	2.727.971,59

* valores em Reais

NOTA 05 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2022			31/12/2021
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Adiantamento de Férias	29.149,96		29.149,96	9.964,43
Impostos a compensar	69.329,66		69.329,66	55.001,52
Adiantamento a fornecedores	-		-	9.900,00
Adiantamento para aquisição Imobilizado	2.480,35		2.480,35	-
IOF a recuperar	-		-	2.066,73
Devedores por compra de bens	1.857.078,61	4.014.641,76	5.871.720,37	6.038.487,01
Imposto de Renda a recuperar	104.211,36		104.211,36	104.211,36
Sem caract. De concessão de credito	827.012,02		827.012,02	471.717,84
Devedores - Procap Badesc	-		-	21.700,18
Devedores Investimento BRDE	-		-	15.683,88
Devedores contas encerradas	-		-	239.921,81
Saldo Baser - Aplicação Reciprocidade	-		-	302.673,03
Valores a receber relat a transações de pagamento	290.813,94		290.813,94	302.673,03
Devedores diversos - País	362.357,72		362.357,72	472.706,89
Total	3.542.433,62	4.014.641,76	7.557.075,38	7.744.034,68

* valores em Reais

NOTA 06 – OUTROS VALORES E BENS

Outros valores e bens	31/12/2022			31/12/2021
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Imóveis	12.916.274,31	-	12.916.274,31	6.989.053,63
Veiculos e Afins	1.412.001,42	-	1.412.001,42	174.597,42
Máquinas e equipamentos	1.050.050,00	-	1.050.050,00	-
Outros	442.030,00	-	442.030,00	420.040,00
Material em estoques-Almoxarifado	41.737,26	-	41.737,26	87.348,19
(-) Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(351.842,28)	-	(351.842,28)	(55.921,93)
Total	15.510.250,71	-	15.510.250,71	7.615.117,31

* valores em Reais

NOTA 07 – PERMANENTE

Imobilizado de uso

Imobilizado de Uso	31/12/2022			31/12/2021	Taxas anuais de depreciação %
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imoveis de Uso	927.000,00				4%
Benfeitorias em imóveis locados	684.537,55	(302.747,66)	1.308.789,89	216.909,65	4%
Sistema de transporte	1.350.513,16	(447.949,70)	902.563,46	927.188,41	20%
Intangível	5.751.888,88	(1.801.967,55)	3.949.921,33	2.598.062,71	20%
Mobiliário	848.919,74				10%
Equipamentos de processamento de dados	711.313,14	(824.120,25)	831.819,42	538.329,73	20%
Equipamentos de comunicação e segurança	95.706,79				20%
Outros Equipamentos	645.131,38	(122.859,77)	522.271,61	350.536,75	20%
Total	11.015.010,64	(3.499.644,93)	7.515.365,71	4.631.027,25	-

* valores em Reais

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

NOTA 08 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2022			31/12/2021
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Valores a devolver a clientes	21,05	-	21,05	-
Fornecedores	-	-	-	1.583,00
Credores Seguro Prestamista Sulamerica	107.456,33	-	107.456,33	3.074,21
Provisão para pagamentos a efetuar	267.245,87	-	267.245,87	181.710,77
Provisão para Coobrigações	82.424,34	-	82.424,34	23.753,86
Provisão processos Cíveis (i)	1.500,00	-	1.500,00	9.500,00
Credores Procap Badesc	-	-	-	10.140,94
Saques com QRCODE	-	-	-	750,00
Valores a devolver - venda ativo não financ	51.000,00	-	51.000,00	-
Total	509.647,59	-	509.647,59	230.512,78

* valores em Reais

(i) Foi registrado a título de contingência passiva o valor de R\$ 1.500,00 referente ao processo de Ação de Indenização por Danos materiais processo 5001785-39.2020.8.24.0042.

NOTA 09 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	25.345.311,95	18.827.631,57

* valores em Reais

	31/12/2022	31/12/2021
Total de associados	8.432	7.340

NOTA 10 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos a vista	68.330,85	30.136,93
Pessoas físicas	68.330,85	30.136,93
Depósitos a prazo	1.272.355,59	913.209,09
Pessoas físicas	1.272.355,59	913.209,09
Operações de crédito	2.209.380,54	1.863.567,11
Cota Capital	364.967,85	432.804,41
Remuneração de empregados e administradores	3.379.794,80	2.464.805,83
Remuneração pessoas chave da administração	1.023.052,49	738.848,28

* valores em Reais

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores.

Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A Remuneração do pessoal chave da administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade.

NOTA 11 – COMPONENTE DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2022	Final: 31/12/2022	Varição
Caixa	1.560.362,56	841.112,35	(719.250,21)
Depósitos bancários	2.659.423,42	1.429.641,75	(1.229.781,67)
Reservas Livres Banco Central	1.761.787,32	70.212,76	(1.691.574,56)
Total	5.981.573,30	2.340.966,86	(3.640.606,44)

* valores em Reais

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

NOTA 12 – ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN 4.606/17, compatível com os riscos de suas atividades. Segundo o que estipula o artigo 12º, da Resolução CMN 4.606/17, o valor do PR deve ser superior ao Patrimônio de Referência Exigível (PRE) – que é composto pela soma das parcelas de exposição aos diversos riscos a que a instituição está submetida na execução de suas atividades, apuradas conforme a legislação correspondente a cada risco.

A cooperativa utiliza-se da metodologia de facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), efetuando cálculo da parcela de ativos ponderados pelo risco na forma simplificada RWAs5, Circ.Nº3.862/17.

Abaixo estão demonstrado os Limites Operacionais da Cooperativa:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PRs5)	22.266.484,14	16.279.531,48
Patrimônio de referência exigido	21.281.866,35	14.224.339,60
Limite do PRs5 (sobra ou insuficiência)	984.617,79	2.055.191,88
Índice de Basiléia (mínimo 17%)	17,79%	18,59%

* valores em Reais

NOTA 13 – RESOLUÇÃO Nº 4.966/2021

Conforme estabelecido na Resolução nº 4.966/2021 em seu Art.76, parágrafo único: "II - divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022", transcrevemos abaixo o Plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida na referida Resolução.

Plano de Implementação

1. INTRODUÇÃO

Por meio da Resolução 4.966, de 25/11/2021, o Banco Central do Brasil divulgou novas normas para definição de conceitos e critérios contábeis aplicados a instrumentos financeiros, além de definir a necessidade do reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).

A referida Resolução abrange também as Cooperativas de Crédito e exigirá a implantação de alterações de alto impacto no processo da contabilidade da Cooperativa, também exigindo a implantação de ferramentas tecnológicas, significativamente diferenciadas das atuais soluções.

Com a implantação destes novos conceitos e critérios contábeis, todos os instrumentos financeiros utilizados pela Cooperativa, tanto em seu polo ativo como em seu polo passivo passarão a ser contabilizados, valorados e atualizados mediante critérios internacionais que visam apurar o verdadeiro valor dos instrumentos.

Caberá à Cooperativa estabelecer critérios de avaliação, provisão e atualização baseados nas características dos instrumentos financeiros utilizados com seus associados ou possíveis outras contrapartes e que estejam em sintonia com o seu modelo de negócio.

Em função da complexidade da implantação, é importante que nossa Cooperativa inicie seus trabalhos de preparação tempestivamente, para que nos exercícios de 2023 e 2024 consiga cumprir, com efetividade e segurança, todas as etapas exigidas pelo órgão regulador.

2. ABRANGÊNCIA

As alterações previstas no referido normativo terão impacto sobre várias áreas da Cooperativa, envolvendo especialmente, os setores de contabilidade, tecnologia, comercial e controles internos, cujas ações deverão estar perfeitamente integradas com as estratégias aprovadas por sua alta gestão, representada pelo Conselho de Administração e Diretoria. Caberá ao Conselho Fiscal da Cooperativa, em conjunto com o setor de Controles Internos, acompanhar a execução do presente Plano de Implementação, indicando ao Conselho de Administração possíveis atrasos significativos ou incorreções no seu andamento.

3. PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Para a implementação das determinações contidas na Resolução 4966, a Cooperativa apresenta, no presente Plano, seu cronograma de implantação, dividido em quatro fases:

a. Formação Interna

Realização de workshops, cursos e formação, com participação dos setores envolvidos a fim de sedimentar e aumentar a compreensão quanto aos novos conceitos e critérios a ser aplicado com a Resolução. Os eventos de formação ocorrerão sempre que necessário, concentrando-se no primeiro semestre de 2023;

b. Avaliação de Instrumentos

No primeiro semestre de 2023, com envolvimento dos setores de contabilidade e gestão de riscos, será desenvolvido e apresentado ao conselho um relatório com a avaliação dos instrumentos financeiros utilizados pela Cooperativa, a fim de avaliar as alterações e os impactos em sua situação patrimonial;

c. Desenvolvimento Tecnológico

Implementação de tarefa junto às fornecedoras dos softwares utilizados pela Cooperativa, com apresentação de estudos e cronogramas de execução por parte dessas empresas terceirizadas, os quais farão parte anexa do presente Plano de Implementação quando finalizados, sendo prevista sua entrega em 30/06/2023. O desenvolvimento e implantação das alterações tecnológicas seguirão as seguintes fases:

- Versão teste para homologação – março 2024
- Conclusão dos testes de sistema – maio 2024
- Implantação da versão final do sistema – agosto 2024

d. Adequações Contábeis

Elaboração, em conjunto com a área de Contabilidade, de novos normativos internos dos novos processos contábeis a serem aplicados no início da exigência das emissões de novos balancetes e balanços contábeis, contemplando a análise dos impactos com a implementação dos novos critérios estabelecidos pela Resolução, contemplando:

- Desenvolvimento e apresentação, por parte das áreas de contabilidade e gestão de riscos, de estudo com os impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Cooperativa frente a implantação das novas normas – 30/11/2024

e. Demonstrações Financeiras

Divulgação de todos os documentos exigidos pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto na Resolução 4966 ou em futuros normativos, com destaque para:

- Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022: Divulgação resumida do presente Plano de Implementação;
- Demonstrações Financeiras do Exercício de 2023: Divulgação da situação do andamento da implementação, bem como possíveis ajustes necessários no presente Plano, inclusive as possíveis alterações decorrentes de normas adicionais emanadas pelo Bacen;
- Demonstrações Financeiras do Exercício de 2024: Divulgação dos impactos estimados na situação financeira da Cooperativa, decorrentes da implantação dos novos conceitos e critérios contábeis.

CLEBER SIMIONATO
Presidente
CPF: 022.894.009-55

DELMIR PEREIRA
Diretor Geral
CPF: 040.585.069-70

FRANCIELI DIAS DA SILVA
Contadora
CRC PR 064.037/O-6 T/SC

JOÃO CARLOS ANZOLIN
Diretor Executivo
CPF: 526.244.559-49